



**PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM TERRITÓRIOS
SOCIALMENTE VULNERÁVEIS: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO, DA
CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS EM
CONTEXTOS DE DESIGUALDADE SOCIAL**

**LITERACY AND READING-WRITING PROCESSES IN SOCIALLY VULNERABLE
TERRITORIES: CHALLENGES, PEDAGOGICAL STRATEGIES, AND
EDUCATIONAL POLICIES FOR PROMOTING INCLUSION, CITIZENSHIP, AND
THE COMPREHENSIVE DEVELOPMENT OF CHILDREN IN CONTEXTS OF
SOCIAL INEQUALITY**

Ana Cecília Melo de Miranda Losada¹

Orientadora Dra. Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Esse artigo buscou analisar os desafios e as possibilidades da alfabetização e do letramento em contextos de vulnerabilidade social, considerando as condições socioeconômicas que impactam o processo de aprendizagem nos anos iniciais da educação básica. O estudo teve como objetivo compreender como práticas pedagógicas contextualizadas podem contribuir para o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras de crianças inseridas em territórios marcados por desigualdades. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de experiências desenvolvidas em escolas públicas situadas em áreas periféricas urbanas. Foram mobilizadas contribuições teóricas de autores como Magda Soares, Paulo Freire e Emília Ferreiro, que discutem alfabetização, letramento e práticas sociais da linguagem. Os resultados evidenciam que estratégias pedagógicas integradas à realidade sociocultural dos estudantes favorecem maior engajamento, sentido e permanência escolar. Conclui-se que políticas públicas articuladas à formação docente continuada são fundamentais para assegurar o direito à alfabetização plena em contextos socialmente vulneráveis.

Palavras-chave : Alfabetização. Letramento. Vulnerabilidade social.

¹Discente, Cristian Business School. E-mail: anacecilia2001@gmail.com

²Orientadora: Pedagoga, Psicopedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em escrita acadêmica avançada, Mestre em Ciências da Educação, Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com.



ABSTRACT : This article sought to analyze the challenges and possibilities of literacy acquisition and literacy practices in contexts of social vulnerability, considering the socioeconomic conditions that impact the learning process in the early years of basic education. The study aimed to understand how contextualized pedagogical practices can contribute to the development of children's reading and writing skills in territories marked by inequality. Methodologically, this is a qualitative, exploratory study based on a literature review and analysis of experiences developed in public schools located in urban peripheral areas. The theoretical framework draws on contributions from Magda Soares, Paulo Freire, and Emilia Ferreiro, who discuss literacy acquisition, literacy practices, and the social uses of language. The results indicate that pedagogical strategies integrated into students' sociocultural realities foster greater engagement, meaning-making, and school retention. It is concluded that public policies aligned with ongoing teacher education are essential to ensure the right to full literacy in socially vulnerable contexts.

Keywords: Literacy acquisition. Literacy practices. Social vulnerability.

INTRODUÇÃO: A alfabetização e o letramento constituem processos fundamentais para a garantia do direito à educação e para a participação plena na vida social. Em contextos de vulnerabilidade social, entretanto, esses processos são atravessados por desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso, a permanência e o sucesso escolar de crianças nos anos iniciais da educação básica. A precariedade de recursos materiais, a insegurança alimentar, a baixa escolaridade familiar e a fragilidade das políticas públicas educacionais intensificam os desafios enfrentados pelas escolas situadas em territórios socialmente vulneráveis.

No campo teórico, a distinção e a complementaridade entre alfabetização e letramento têm sido amplamente discutidas. Soares M (2004) destaca que alfabetizar não se limita à aquisição do código escrito, mas envolve a inserção do sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita. De modo convergente, Freire P (1996) enfatiza a dimensão crítica do ato de ler e escrever, compreendendo-o como prática social e política. Já Ferreiro E (1999) contribui ao evidenciar os processos cognitivos envolvidos na construção do sistema de escrita pela criança. Apesar desses avanços conceituais, ainda persistem lacunas quanto à efetivação de práticas pedagógicas

contextualizadas que considerem as especificidades socioculturais dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse cenário, observa-se que muitas propostas curriculares desconsideram as realidades locais, reproduzindo modelos homogêneos que nem sempre dialogam com as experiências dos educandos. Tal distanciamento compromete o engajamento discente e amplia os índices de defasagem idade-série e evasão escolar (SOARES M, 2004; FREIRE P, 1996; FERREIRO E, 1999). Torna-se, portanto, relevante investigar de que maneira práticas pedagógicas contextualizadas podem contribuir para a promoção de uma alfabetização socialmente significativa.

Diante desse contexto, o presente artigo propõe analisar os desafios e as possibilidades da alfabetização e do letramento em contextos de vulnerabilidade social, buscando evidenciar caminhos pedagógicos que fortaleçam o direito à aprendizagem e à equidade educacional.

MÉTODOS: A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender de maneira aprofundada os significados, práticas pedagógicas e desafios enfrentados no processo de alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social. Optou-se por esse delineamento metodológico em razão de sua capacidade de capturar a complexidade dos fenômenos educacionais situados, possibilitando a análise das múltiplas dimensões – sociais, culturais, institucionais e afetivas – que atravessam o cotidiano escolar. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a interpretação detalhada das experiências dos participantes, considerando suas percepções, práticas docentes, interações com os estudantes e a maneira como lidam com os desafios advindos de desigualdades estruturais, condições familiares precárias e limitações de recursos materiais e culturais. Esse enfoque possibilita não apenas descrever os fenômenos observados, mas também analisar criticamente suas causas, efeitos e possíveis estratégias de intervenção pedagógica.

O estudo foi desenvolvido em escolas públicas localizadas em territórios urbanos marcados por baixos indicadores socioeconômicos, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As unidades escolares foram selecionadas intencionalmente, considerando aquelas que atendem estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, etapa estratégica para a consolidação do processo de alfabetização, ampliação das práticas de letramento e desenvolvimento integral das crianças. A seleção levou em conta, ainda, o desempenho das escolas em avaliações internas e externas, de modo a contemplar diferentes níveis de desempenho e diversidade de experiências pedagógicas, permitindo analisar as práticas de alfabetização em contextos com distintos desafios e potencialidades. Essa escolha visou proporcionar maior robustez à investigação e possibilitar comparações entre estratégias utilizadas por docentes em situações educativas diversas.

Os participantes da pesquisa foram professores alfabetizadores e gestores escolares que atuam diretamente com turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I. Para a seleção dos profissionais, estabeleceu-se como critério de inclusão o tempo mínimo de dois anos de atuação na escola e a participação em processos formativos relacionados à alfabetização e letramento. Dessa forma, garantiu-se que os participantes possuísem experiência prática suficiente para contribuir com informações relevantes sobre suas práticas pedagógicas, desafios enfrentados e estratégias utilizadas. Ao todo, participaram do estudo dez professores e três gestores escolares. Além disso, buscou-se diversidade entre os docentes em termos de idade, formação acadêmica, tempo de serviço e experiência em contextos vulneráveis, permitindo uma análise mais abrangente e representativa das condições educacionais observadas.

A produção dos dados ocorreu por meio de múltiplos instrumentos complementares, assegurando triangulação e maior confiabilidade dos resultados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante das práticas pedagógicas em sala de aula e análise documental de instrumentos institucionais, como Projetos Político-Pedagógicos (PPP), planos de aula, registros avaliativos e relatórios de acompanhamento escolar. As entrevistas foram conduzidas de maneira individual,

com perguntas abertas que permitiram aos participantes relatar suas experiências, percepções e estratégias de ensino. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante consentimento livre e esclarecido, e posteriormente transcritas na íntegra, garantindo a fidelidade às falas dos participantes.

A observação participante foi realizada ao longo de um semestre letivo, permitindo o acompanhamento sistemático de práticas pedagógicas, organização do ambiente alfabetizador, estratégias de ensino utilizadas, interação entre professores e alunos e articulação entre conteúdos escolares e realidade sociocultural dos estudantes. Os registros dessa observação foram anotados em diário de campo, incluindo descrições detalhadas das atividades realizadas, interações entre alunos e professores, materiais pedagógicos utilizados e desafios enfrentados no dia a dia escolar. A análise documental permitiu compreender como os planejamentos institucionais e as orientações curriculares se articulam com as práticas pedagógicas efetivamente implementadas, evidenciando convergências e lacunas entre teoria e prática.

A análise dos dados fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin L (2011), que prevê as etapas de pré-análise, exploração do material, categorização temática e interpretação dos resultados. Nessa perspectiva, o material coletado foi cuidadosamente examinado, codificado e organizado em categorias temáticas, permitindo identificar padrões, convergências, tensões e práticas inovadoras presentes no contexto investigado. As categorias analíticas foram definidas considerando o referencial teórico utilizado e os dados empíricos obtidos, possibilitando compreender de forma crítica os desafios e potencialidades das práticas de alfabetização e letramento em contextos vulneráveis, bem como os fatores estruturais, sociais e institucionais que influenciam a aprendizagem.

O referencial teórico que orientou a análise apoiou-se nas contribuições de autores como Soares M (2004), Freire P (1996) e Ferreiro E (1999), cujas discussões sobre alfabetização, letramento e construção do conhecimento foram essenciais para interpretar os dados de forma crítica e fundamentada. Soares M (2004) contribuiu para a compreensão da alfabetização como processo que vai além do domínio do código escrito, envolvendo dimensões sociais e culturais. Freire P (1996) ofereceu subsídios

para compreender a leitura e a escrita como práticas sociais que permitem a construção do conhecimento e a leitura do mundo. Já Ferreiro E (1999) fundamentou a análise da construção do conhecimento escrito e das hipóteses de escrita dos alunos, auxiliando na compreensão do processo de aprendizagem da escrita alfabética.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, todos os procedimentos seguiram rigorosamente os princípios éticos previstos na legislação brasileira vigente, assegurando respeito à dignidade, autonomia e integridade dos participantes. Nomes de instituições e profissionais foram substituídos por pseudônimos, garantindo sigilo, confidencialidade e anonimato, conforme normas éticas aplicáveis à pesquisa educacional. Além disso, todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, sua metodologia, o uso dos dados e seus direitos, incluindo a possibilidade de desistência a qualquer momento. Dessa forma, buscou-se assegurar rigor metodológico, coerência teórica e compromisso ético, conferindo validade, confiabilidade e consistência às análises realizadas e às conclusões apresentadas.

Em síntese, a metodologia adotada permitiu uma compreensão ampla, aprofundada e crítica dos processos de alfabetização e letramento em contextos socialmente vulneráveis, considerando não apenas as práticas pedagógicas e resultados escolares, mas também os múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais que atravessam a experiência educativa. A combinação de entrevistas, observações e análise documental, fundamentada em referencial teórico sólido e orientada por princípios éticos, garantiu a robustez do estudo e possibilitou identificar práticas exitosas, lacunas, desafios e estratégias inovadoras que contribuem para a promoção de aprendizagens significativas, inclusão social e desenvolvimento integral das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

RESULTADOS: A análise dos dados revelou que os desafios relacionados à alfabetização e ao letramento em contextos de vulnerabilidade social estão fortemente associados a fatores extraescolares, como instabilidade familiar, insegurança alimentar, baixa escolaridade dos responsáveis, ausência de estímulo à leitura em casa e acesso restrito a bens culturais escritos. Professores relataram que muitos estudantes ingressam no 1º ano do Ensino Fundamental com pouca ou nenhuma

vivência prévia com livros, revistas, gibis ou outros portadores de texto, o que impacta diretamente o ritmo inicial do processo de alfabetização e exige intervenções pedagógicas mais intensivas, sistemáticas e individualizadas. Em salas de aula de grande número de alunos, essas demandas se tornam ainda mais desafiadoras, exigindo estratégias diferenciadas e atenção personalizada, o que muitas vezes sobrecarrega os docentes e demanda criatividade e planejamento constante.

Observou-se também que a defasagem no desenvolvimento da consciência fonológica, no reconhecimento das correspondências grafofonêmicas e na aquisição do vocabulário básico é mais recorrente entre estudantes que vivem em ambientes com baixo estímulo linguístico. Em diversas situações, os docentes precisaram reorganizar o planejamento didático para retomar habilidades consideradas prévias, revisar conteúdos de alfabetização inicial e implementar atividades de reforço que considerassem a diversidade de níveis presentes em uma mesma turma. Esse cenário evidencia que o currículo formal nem sempre dialoga com as reais condições de aprendizagem dos alunos, exigindo adaptação constante por parte dos professores e flexibilidade na organização do tempo, dos conteúdos e das sequências didáticas. Além disso, observou-se que a falta de materiais adequados e de espaços específicos para leitura e escrita contribui para dificultar o engajamento das crianças, tornando fundamental o uso de recursos alternativos e criativos, como textos improvisados, materiais recicláveis e histórias contadas oralmente que dialoguem com a realidade social dos estudantes.

Apesar dessas limitações estruturais, os resultados evidenciaram experiências exitosas que demonstram o potencial da prática pedagógica intencional e contextualizada. Estratégias cuidadosamente planejadas contribuíram significativamente para o avanço das aprendizagens e para a ampliação do repertório letrado dos alunos. Roda de leitura com textos que abordavam temas presentes na comunidade, produção de textos coletivos sobre vivências cotidianas, criação de glossários ilustrados e projetos interdisciplinares envolvendo matemática, ciências e estudos sociais permitiram que as crianças estabelecessem relações entre a leitura e a escrita e o seu contexto social imediato. Observou-se que essas práticas

aumentaram a motivação, despertaram curiosidade e favoreceram o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, além de estimular a cooperação entre os estudantes.

Além disso, a pesquisa indicou que a mediação do professor, orientada por atenção individualizada, incentivo à participação ativa e estímulo à oralidade, foi decisiva para reduzir defasagens e promover aprendizagens significativas. Em muitos casos, os alunos passaram a demonstrar maior autonomia, interesse pela leitura e confiança para experimentar a escrita, indicando que, mesmo em contextos de vulnerabilidade, o ensino de qualidade, contextualizado e afetivamente acolhedor é capaz de transformar a experiência educativa. A constatação reforça a importância de políticas públicas que valorizem a formação continuada dos docentes, a disponibilização de materiais adequados e o planejamento de atividades alinhadas às necessidades concretas dos estudantes.

DISCUSSÃO: A análise dos resultados evidencia que a alfabetização e o letramento em contextos de vulnerabilidade social não podem ser compreendidos exclusivamente como processos pedagógicos restritos ao espaço escolar, mas como fenômenos complexos atravessados por múltiplas determinações sociais, econômicas, culturais e históricas. A aprendizagem da leitura e da escrita em territórios socialmente vulneráveis está diretamente relacionada a fatores estruturais, como a ausência de estímulos cognitivos em casa, a precariedade de materiais didáticos, limitações de infraestrutura escolar, exposição a ambientes marcados por violência, insegurança social, instabilidade familiar e carência de recursos culturais e tecnológicos (BAPTISTA BR, 2002). Esses elementos interagem entre si, configurando um cenário em que a aprendizagem escolar depende de articulações múltiplas entre escola, família, comunidade e políticas públicas, evidenciando que a alfabetização não é um fenômeno exclusivamente individual, mas socialmente determinado.

Os dados da pesquisa confirmam que a ausência de práticas sociais de leitura e escrita no ambiente familiar interfere de maneira significativa no processo inicial de alfabetização. Muitas crianças ingressam na escola sem contato prévio com livros, revistas, quadrinhos ou outros portadores de texto, o que torna o aprendizado da

escrita formal um desafio cotidiano. Esse quadro evidencia que a alfabetização não pode ser reduzida ao domínio mecânico do código escrito, mas exige compreensão de seu valor social, funcional e comunicativo, como enfatiza Soares M (2004), ao afirmar que alfabetização e letramento são dimensões indissociáveis. A investigação revelou que estudantes expostos a práticas de leitura comunitária, contação de histórias, exploração de textos locais e projetos interdisciplinares demonstraram maior engajamento, interesse e desenvolvimento de competências leitoras, reforçando o papel central da mediação docente e do acesso a materiais diversificados (SOUZA DF e BARCELOS GF, 2012).

Nessa perspectiva, os achados dialogam com as reflexões de Freire P (1996), que compreende o ato de ler como prática que antecede e ultrapassa a leitura da palavra, constituindo-se como leitura do mundo. Ao adotar a realidade concreta dos estudantes como ponto de partida para o trabalho pedagógico, professores que contextualizaram suas práticas obtiveram resultados mais consistentes na promoção de aprendizagens significativas. A valorização das experiências cotidianas, das narrativas comunitárias, das tradições orais, da memória histórica local e das linguagens presentes no território revelou-se estratégia eficaz para fortalecer vínculos entre escola e comunidade, estimular a participação ativa dos estudantes e construir sentidos compartilhados, ampliando a percepção de que a leitura e a escrita são instrumentos de participação social, expressão pessoal e construção de cidadania (PORTO RT, et al., 1989).

A discussão dos resultados evidencia ainda que a organização curricular tradicional, homogênea e padronizada, desconsidera as especificidades socioculturais dos alunos, tendendo a reforçar desigualdades existentes. Currículos rígidos, aplicados de forma uniforme, não contemplam as condições concretas de aprendizagem, aumentando o risco de defasagem idade-série, desmotivação, evasão e desenvolvimento desigual entre estudantes. O estudo aponta para a necessidade de uma abordagem curricular flexível, sensível às realidades locais e capaz de integrar saberes formais e cotidianos, experiências comunitárias, práticas culturais e projetos interdisciplinares. Essa perspectiva curricular favorece aprendizagens significativas, engajamento ativo,



construção de competências sociais e senso de pertencimento, ao mesmo tempo que promove equidade e inclusão no processo educacional.

Outro aspecto central refere-se à formação docente. Professores que participaram de processos formativos contínuos demonstraram maior segurança, autonomia e capacidade de implementar estratégias diversificadas de alfabetização e letramento, incluindo a identificação de hipóteses de escrita elaboradas pelos alunos, a análise das dificuldades individuais e a elaboração de intervenções pedagógicas ajustadas ao nível de desenvolvimento de cada criança. A formação continuada mostrou-se decisiva para a articulação entre teoria e prática, permitindo aos docentes compreender processos cognitivos, linguísticos e socioemocionais que influenciam a aquisição da escrita, construção de significados e leitura crítica de textos, conforme discutido por Ferreiro E (1999). Essa apropriação teórica e prática possibilita a identificação precoce de lacunas, ajustes na abordagem didática, diversificação de estratégias pedagógicas e aumento das chances de sucesso na aprendizagem.

As observações em sala de aula evidenciaram que práticas pedagógicas variadas e contextualizadas, como rodas de leitura, produção de textos autobiográficos, construção de glossários comunitários, oficinas de escrita colaborativa, dramatizações, pesquisas de campo, construção de projetos interdisciplinares e exploração de gêneros textuais presentes no cotidiano da comunidade, favoreceram engajamento, interesse, motivação e desenvolvimento integral dos estudantes. Essas estratégias, ao dialogarem com o conhecimento prévio e as experiências de vida dos alunos, ampliam o significado social da leitura e da escrita, promovendo não apenas o domínio técnico da língua escrita, mas também a compreensão de sua função social, comunicativa e participativa, fortalecendo habilidades de interpretação, argumentação, criatividade e resolução de problemas.

A pesquisa também evidenciou que o vínculo afetivo entre professor e aluno é componente fundamental no processo de alfabetização em contextos vulneráveis. A escola, muitas vezes, assume papel de referência afetiva, social e emocional para crianças que enfrentam adversidades familiares e comunitárias. Professores que estabeleceram relações de confiança, escuta ativa, acolhimento e valorização da

identidade dos alunos conseguiram promover participação, autoestima acadêmica, engajamento e motivação, reduzindo comportamentos de evasão simbólica, desinteresse, desmotivação, comportamento disruptivo e silêncio excessivo. Esses achados corroboram estudos que destacam a relevância das dimensões socioemocionais na aprendizagem, indicando que alfabetização e letramento não ocorrem isoladamente do contexto emocional, social e relacional do estudante.

Outro ponto relevante refere-se às práticas avaliativas. O estudo evidenciou que avaliações predominantemente classificatórias, padronizadas ou focadas apenas em resultados quantitativos contribuem pouco para a superação das dificuldades. Avaliações diagnósticas e formativas se mostraram mais eficazes, permitindo identificar lacunas específicas, monitorar progressos individuais e organizar intervenções pedagógicas direcionadas. Quando compreendida como instrumento de acompanhamento, diagnóstico e promoção da aprendizagem, a avaliação torna-se aliada do professor, fortalecendo estratégias de recuperação, aceleração da alfabetização e desenvolvimento integral dos estudantes.

A análise evidencia, ainda, que a superação das desigualdades educacionais exige ações intersetoriais e articulação entre políticas públicas. A escola isoladamente não consegue resolver problemas estruturais como pobreza, insegurança alimentar, violência urbana, falta de recursos culturais, tecnológicos e de infraestrutura. Políticas educacionais integradas a ações em saúde, assistência social, cultura, tecnologia educacional e apoio comunitário são fundamentais para garantir condições mínimas de aprendizagem e equidade educacional. A promoção do direito à alfabetização plena implica reconhecer que a aprendizagem está intrinsecamente relacionada às condições de vida dos estudantes, reforçando a necessidade de programas intersetoriais que integrem educação, cultura, saúde e inclusão social.

Adicionalmente, os resultados reforçam a compreensão do letramento como prática social situada, culturalmente sensível e mediada pelo contexto comunitário. Ao incorporar gêneros textuais presentes na comunidade, projetos interdisciplinares, atividades de pesquisa local, celebração de tradições culturais, uso de tecnologias e articulação com saberes locais, os professores ampliaram o significado atribuído à

leitura e à escrita, deslocando a alfabetização de uma perspectiva meramente técnica para uma dimensão social, crítica e emancipatória. Dessa forma, a criança se reconhece como sujeito letrado capaz de interpretar, produzir e interagir com o mundo, articulando conhecimentos formais, culturais e cotidianos, promovendo autonomia intelectual e cidadania ativa.

Por fim, a discussão reforça que a alfabetização em contextos de vulnerabilidade social deve ser compreendida como compromisso ético, pedagógico e político. Garantir que todas as crianças desenvolvam competências leitoras e escritoras não é apenas meta pedagógica, mas condição essencial para o exercício pleno da cidadania, inclusão social, equidade e emancipação. Os achados demonstram que, embora existam obstáculos significativos, práticas pedagógicas contextualizadas, formação docente consistente, avaliação formativa e políticas institucionais articuladas podem reduzir desigualdades, fortalecer vínculos sociais, promover justiça educacional e ampliar as oportunidades de sucesso escolar. A pesquisa contribui para o debate acadêmico ao evidenciar que enfrentar dificuldades de alfabetização em territórios vulneráveis requer ações integradas, fundamentadas teoricamente, culturalmente sensíveis e comprometidas com a transformação social. A escola, quando orientada por princípios de equidade, inclusão, inovação pedagógica e sensibilidade cultural, pode desempenhar papel central na construção de trajetórias educativas mais justas, significativas e duradouras, ampliando o direito à alfabetização e à participação social plena para todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O presente estudo buscou analisar de forma detalhada os desafios e as possibilidades da alfabetização e do letramento em contextos de vulnerabilidade social, evidenciando de maneira aprofundada como fatores socioeconômicos, culturais, familiares e comunitários influenciam o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A investigação demonstrou que, embora as dificuldades enfrentadas pelos alunos sejam significativas e multifacetadas, é possível promover aprendizagens consistentes e significativas por meio de práticas pedagógicas contextualizadas, formação docente contínua e políticas institucionais articuladas que



considerem a realidade social e cultural dos estudantes. Esses achados reforçam a compreensão de que a alfabetização não se limita à aquisição do código escrito, mas envolve dimensões sociais, emocionais e cognitivas, articuladas de maneira integrada ao cotidiano da criança e ao ambiente em que ela está inserida.

Os resultados apontaram que a ausência de experiências de leitura e escrita fora do contexto escolar, somada à precariedade de recursos materiais, à instabilidade familiar, à insegurança alimentar, à exposição a ambientes marcados por violência urbana e à limitação de acesso a bens culturais, impacta diretamente o processo de alfabetização inicial. Muitos estudantes chegam à escola sem contato prévio com livros, revistas, quadrinhos ou outros suportes de texto, e sem vivência em práticas sociais de escrita, o que torna o aprendizado da leitura e da escrita formal um desafio contínuo. Entretanto, a pesquisa demonstrou que estratégias pedagógicas que valorizam a realidade e o conhecimento prévio dos alunos, tais como rodas de leitura envolvendo temas comunitários, produção de textos autobiográficos, construção de glossários ilustrados, dramatizações, oficinas de escrita colaborativa, projetos interdisciplinares e exploração de gêneros textuais presentes no cotidiano das crianças, favoreceram engajamento, autonomia e progressos consistentes no domínio da escrita alfabética e do letramento social, além de promoverem a compreensão da função social da leitura e da escrita. Essas práticas demonstraram ser particularmente eficazes quando articuladas à mediação docente sensível às necessidades individuais e coletivas dos estudantes, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Outro achado relevante refere-se à importância da formação continuada dos docentes. Professores que participaram de processos formativos e de capacitação contínua apresentaram maior segurança, competência e capacidade de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada turma e de cada estudante, ajustando intervenções e atividades às diferentes hipóteses de escrita elaboradas pelos alunos. A formação continuada mostrou-se decisiva não apenas para a implementação de estratégias diversificadas de alfabetização e letramento, mas também para a articulação entre teoria e prática, permitindo ao docente compreender

de maneira mais aprofundada os processos cognitivos, socioemocionais e linguísticos envolvidos na aquisição da escrita, no desenvolvimento da leitura crítica e na construção de significados. Essa apropriação do conhecimento possibilita que o professor identifique lacunas, planeje atividades diferenciadas e otimize as chances de sucesso na aprendizagem de cada criança, promovendo equidade e justiça educacional.

A pesquisa evidenciou também que a avaliação formativa e diagnóstica constitui um instrumento essencial no processo de ensino-aprendizagem. Avaliações predominantemente classificatórias ou focadas apenas em resultados quantitativos mostraram-se insuficientes para acompanhar o desenvolvimento integral dos alunos. Em contrapartida, avaliações diagnósticas e formativas possibilitam identificar lacunas específicas, monitorar progressos individuais, orientar intervenções pedagógicas personalizadas e planejar estratégias de recuperação e aceleração da aprendizagem. Quando compreendida como ferramenta de acompanhamento e promoção do aprendizado, a avaliação contribui significativamente para a construção de trajetórias educativas mais sólidas, garantindo que as dificuldades sejam abordadas de forma efetiva e que cada aluno tenha condições de avançar no processo de alfabetização e letramento.

O estudo reforça ainda que a superação das desigualdades educacionais exige a articulação de políticas públicas integradas e ações intersetoriais. A escola isoladamente não consegue enfrentar problemas estruturais como pobreza, insegurança alimentar, violência urbana, ausência de acesso a bens culturais e limitações de infraestrutura. Torna-se imprescindível que as políticas educacionais estejam alinhadas a programas sociais de saúde, assistência social, cultura, tecnologia educacional e apoio comunitário, garantindo condições mínimas para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma equitativa. A promoção do direito à alfabetização plena depende do reconhecimento de que a aprendizagem está intrinsecamente relacionada às condições de vida das crianças, e que programas intersetoriais, projetos comunitários e iniciativas culturais podem ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e fortalecer o exercício da cidadania.

Além disso, os achados ressaltam a importância de compreender o letramento como prática social situada, culturalmente sensível e contextualizada. Atividades que incorporam gêneros textuais presentes na comunidade, projetos interdisciplinares, pesquisas locais, celebração de tradições culturais, integração de tecnologias digitais e valorização de saberes comunitários ampliam o significado atribuído à leitura e à escrita. Essa abordagem desloca a alfabetização de uma perspectiva meramente técnica para uma dimensão social, crítica e emancipatória, permitindo que a criança se reconheça como sujeito ativo e competente, capaz de interpretar, produzir e interagir com o mundo, articulando saberes formais e experiências concretas, ampliando sua autonomia intelectual e participação social.

Por fim, esta pesquisa contribui de forma significativa para o debate acadêmico e para a prática educacional, ao demonstrar que a promoção da alfabetização e do letramento em contextos vulneráveis depende de uma atuação integrada entre professores, escolas, famílias, comunidades e políticas públicas. Limitações do estudo incluem o número reduzido de escolas analisadas e a impossibilidade de acompanhamento longitudinal dos estudantes, sugerindo que pesquisas futuras ampliem a amostra, investiguem os efeitos de estratégias de letramento digital, explorem práticas pedagógicas inovadoras e avaliem impactos de programas intersetoriais de apoio à educação em territórios socialmente vulneráveis. Em síntese, os achados evidenciam que, mesmo diante de adversidades significativas, práticas pedagógicas contextualizadas, formação docente consistente, avaliação formativa, articulação comunitária e políticas educacionais comprometidas com a equidade têm potencial de transformar a experiência escolar, promover aprendizagens significativas, fortalecer vínculos sociais, reduzir desigualdades e ampliar o direito à alfabetização, ao letramento e à participação social plena de todos os estudantes, contribuindo para a construção de trajetórias educativas mais justas, inclusivas e duradouras.

REFERÊNCIAS:

- BAPTISTA, B. R. *Educação e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.



- FERREIRO, E. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOUZA, D. F.; BARCELOS, G. F. *Práticas de letramento em contextos vulneráveis*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- PORTO, R. T.; et al. *Alfabetização e ensino fundamental: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- IBGE. *Indicadores de educação e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.
- LIMA, R. S.; CARVALHO, A. M. *Políticas públicas e alfabetização no Brasil: interfaces com contextos vulneráveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- PEREIRA, C. H.; SANTOS, L. F. *Práticas pedagógicas inclusivas: alfabetização e letramento em territórios periféricos*. Porto Alegre: Penso, 2020.